

Governo desarticulado sofreu derrota no Congresso

José Varella — 27.04.88



Almir Gabriel relatou a Comissão

L.A. Ribeiro — 12.09.87



Cid Carvalho presidiu trabalhos

Chico Mendonça e Inácio Muzzi

BRASÍLIA — O processo de discussão e votação do Orçamento da União para 1989 mostrou o governo desarticulado no Legislativo, dividido internamente e capaz de cometer erros primários de avaliação política e estratégia de ação. O Congresso Nacional acabou aplicando uma amarga derrota ao governo federal. Contou, para tanto, até mesmo com a ajuda da bancada governista.

Na avaliação de um membro do colégio de líderes do governo no Congresso, a tecnocracia, mergulhada na inércia, não percebeu "as mudanças impostas pela nova Constituição e a conseqüente necessidade de uma ampla negociação". Mais do que isso, interpretam líderes da comissão, o Executivo acreditou que, não tendo tempo para preparar-se, o Legislativo não conseguiria mexer no Orçamento com um mínimo de equilíbrio e, muito menos, desvendar as armadilhas preparadas com os números.

A terceira mensagem enviada pelo governo para alterar o projeto de lei orçamentário aponta na direção destas análises. Não havia nenhuma alteração substancial em relação à segunda mensagem, mas várias pequenas mudanças se espalhavam entre os números dos quadros demonstrativos.

Os ânimos começaram a se acirrar quando o presidente José Sarney fez a proposta do efeito cascata para a rolagem das dívidas externas dos estados e municípios. Por ela, os estados que devem menos pagariam menos e vice-versa.

"O Sarney tentou criar outro *Centrão* para nós dividir, mas não conseguiu", comemorava um dos membros da comissão. Mas a superação da proposta palaciana não foi tão fácil assim. O presidente da Comissão, Cid Carvalho, precisou passar um pito nos secretários de Fazenda estaduais reunidos em Brasília na semana passada, porque a Comissão vinha resistindo sozinha às ofertas do Executivo.

Enquanto isso, o Palácio do Planalto cometia equívocos seguidos. A segunda mensagem orçamentária, por exemplo, foi entregue ao

líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, por um contínuo, sem qualquer explicação, o que o levou a reclamar publicamente da desarticulação palaciana.

A terceira mensagem foi entregue cheia de erros. Havia quadros repetidos, parágrafos datilografados duas vezes, recursos com duas destinações diferentes, entre outros sinais de que o trabalho fora feito apressadamente.

Era exatamente esta última alteração do orçamento que deixara as relações entre Executivo e Legislativo mais espinhosas. Sarney havia pedido a intermediação do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, para negociar uma fórmula de rolagem das dívidas estaduais, exatamente no dia em que o relator Almir Gabriel (PMDB-PA) apresentaria seu parecer.

No dia seguinte, 26 de novembro, a cúpula da comissão se reuniria na casa do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto — o novo interlocutor. Somente segunda-feira as discussões chegariam a um final. À tarde, Cid Carvalho comunicava irritado ao plenário da Comissão a chegada de nova mensagem e de todas as armadilhas nela contidas.

Na última quarta-feira, quando chegaram à comissão, os deputados Paes Landim, Eraldo Tinoco, Délio Braz e Arnaldo Prieto respiraram aliviados. Eles haviam saído do gabinete do líder Carlos Sant'Anna com a informação de que o governo havia rejeitado a proposta já aceita por João Batista de Abreu. No curto espaço de tempo que os deputados levaram para fazer o percurso, a Comissão votou a rolagem das dívidas estaduais, sem esperar pela comunicação oficial do novo fracasso das negociações. "Estávamos constrangidos de encarar a comissão e a votação foi o melhor que poderia ter acontecido para nós", relatou um deles.

O balanço das iniciativas do governo mostrava que o lobby mais eficiente do governo fora justamente aquele contrário a ele próprio. Os órgãos esvaziados pela *Operação Desmonte*, como a Sudhevea e o DNER, entre outros, foram remontados pela comissão, atendendo à pressão dos próprios.